SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2017

(Processo Administrativo n° 23115.004661/2017-79)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Maranhão, por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediada Avenida dos Portugueses, 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bacanga, São Luís - MA, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28 de julho de 2017.

Horário: 14:00hs

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de material permanente laboratorial, para atender diversos setores **desta Universidade Federal do Maranhão**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (item facultativo)

2.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Maranhão

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório,

mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2.1. **Em relação aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.**

5.3. Não poderão participar desta licitação interessados:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

5.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. valor unitário;

6.6.2. a quantidade de unidades, observada a totalidade fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.14. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.14.1. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.15. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.15.1. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.15.2. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.15.3. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.16. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.16.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, por meio de funcionalidade disponível no

sistema, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. **Habilitação jurídica:**

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.4.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará

dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.7.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

3.1.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

3.3. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria

sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou por meio de funcionalidade disponível no sistema.

10.2.2. A convocação feita por meio do sistema eletrônico ("chat"). dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, por meio da ferramenta **"ENVIAR ANEXO" do sistema Comprasnet**, em arquivo único, a proposta de preço adequada ao lance final e a documentação de habilitação.

11.1.1. O sistema permite o envio de **apenas 1 (um) arquivo**, de forma que, caso haja a necessidade de encaminhar dois ou mais , estes **deverão ser compactados nos formatos ".rar" ou ".zip"** e enviados em arquivo único.

11.1.2. Os documentos remetidos por meio eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

11.1.3. Os originais ou cópias autenticadas**, caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitação/Pró-Reitoria de Gestão e Finanças, situada na Avenida dos Portugueses, nº 1966, Bacanga, CEP 65080805, São Luis – MA.

11.1.4. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada (proposta e habilitação) será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.5. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.6. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota

de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.4.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **cpl@ufma.br**.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Portugueses, 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bacanga, São Luís - MA, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.10.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

23.10.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato; (quando for o caso)

São Luís, 14 de julho de 2017.

José Carlos Marques Aguiar Junior
Pregoeiro Oficial
Mat. UFMA 1911123

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I

(Processo Administrativo n.° 23115.004661/2017-79)

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Material Permanente, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Preço Estim.	Total	Última Atualização	Última Licitação
NÃO ASSOCIADO(S) A LOTE/GRUPO									
1	5208000008309 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	21	0	21	R$ 1.189,99	24.989,79	27/04/2017	
	AGITADOR DE TUBOS VORTEX Agitador mecânico, tipo Vortex; ajuste mecânico; rotação até 3000 RPM; adicional operação contínua e pulso; componentes: pés, ventosas em borracha. **Requisições Associadas:** 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))								
2	5208000008293 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	26	0	26	R$ 1.100,00	28.600,00	27/04/2017	
	AGITADOR MAGNÉTICO Material gabinete metálico; anticorrosivo; ajuste digital; capacidade até 2 l; rotação até 2000 RPM; temperatura controle temperatura até 300°C; com temporizador até 1000 min. **Requisições Associadas:** 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))								
3	5208000008294 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	11	0	11	R$ 4.200,00	46.200,00	27/04/2017	

–

AUTOCLAVE

Material aço inox; tipo horizontal; modelo gravitacional; operação automática; digital; característica adicional sistemas de secagem e segurança; volume câmara cerca de 50 l; composição sensores temperatura
e pressão; alarmes; outros componentes, com 3 bandejas, 1 porta.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

4	5204000001217 (Cadastrado em: 03/04/2017)	Unidade	15	0	15	R$ 79,00	1.185,00	04/04/2017

BALIZA TOPOGRÁFICA

De aço desmontável; plastificada; 2 metros com rosca e diâmetro de 3/4.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

5	5208000008295 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	16	0	16	R$ 1.259,90	20.158,40	27/04/2017

BANHO-MARIA

Ajuste digital com painel de controle; volume cerca de 30L; componentes com termômetro digital; temperatura
até 100 °C; adicional: com agitação de água; com temporizador até 10000 min.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

6	5208000008306 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	20	0	20	R$ 1.600,00	32.000,00	27/04/2017

BOMBA DE VÁCUO E PRESSÃO

Isenta de óleo; que produz alternadamente vácuo e ar comprimido; de fácil manuseio; baixa vibração e
baixo custo de manutenção; deslocamento máximo: CFM-1,29, m^3/h-2,2; Ipm-37; vácuo máximo: 730 mbar;
620 mm/hg; 24 pol/hg; motor de ¼ CV; monofásico; C x L x A 390 x 250 x 150.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

7	5234000001449 (Cadastrado em:	Unidade	14	0	14	R$ 2.490,00	34.860,00	04/04/2017

29/03/2017)

CAIXA D´ÁGUA 1000L

Cor azul; capacidade 1000 litros; material fibra de vidro.

Requisições Associadas: 655/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

8	5234000001448 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	14	0	14	R$ 205,80	2.881,20	04/04/2017

CAIXA D´ÁGUA 500L

Cor azul; capacidade 500 litros; material fibra de vidro.

Requisições Associadas: 655/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

9	5208000008299 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	12	0	12	R$ 2.939,00	35.268,00	27/04/2017

CAPELA DE EXAUSTÃO

Tipo gases; material fibra de vidro; dimensões cerca de 100 x 80 x 150 cm; componentes: janela corrediça
com contra peso; adicional forma de guilhotina; vazão até 1500 m^3/h.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

10	5208000008303 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	19	0	19	R$ 930,00	17.670,00	27/04/2017

CONDUTIVÍMETRO DIGITAL

Condutivímetro de bancada digital microprocessado; mede condutividade, temperatura e sólidos totais dissolvidos
(STD); totalmente microprocessado; calibração automática; sensor de temperatura individual em aço inox;
display alfanumérico; resultados simultâneos de condutividade e temperatura; indicador de leitura estável;
compensação de temperatura automática ou manual; suporte individual para célula e sensor de temperatura;
gabinete em ABS; três tipos de constante de célula k = 0,1, k = 1 ou k = 10; alimentação de 220 V; garantia
de 1 ano.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

11	5208000008296 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	12	0	12	R$ 1.387,50	16.650,00	27/04/2017

CONTADOR DE COLÔNIAS MANUAL

Contador de colônias; ajuste manual; capacidade para placas até 120 mm; adicional inclinação regulável;
componentes: base em acrílico transparente; quadriculada; componentes adicionais com lupa flexível;
lâmpada fluorescente.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

12	5208000008302 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	15	0	15	R$ 1.019,00	15.285,00	27/04/2017

DESTILADOR DE ÁGUA 5L

Capacidade 5 l/h; voltagem 220 V; características adicionais com dispositivo eletromecânico para desligamento.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

13	5208000008297 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	12	0	12	R$ 8.200,00	98.400,00	

ESPECTROFOTÔMETRO

Espectrofotômetro UV-VIS; gabinete em material ultrarresistente; com acabamento em epóxi eletrostático;
display de cristal líquido; leituras em absorvância (A) de 0 a 2,5 A; transmitância (%T) de 0 a 125 %T; concentração (C) de 0 a 1999; precisão fotométrica de 0,5 A; zero e 100 %T automáticos; acionamento
automático das lâmpadas de deutério e de tungstênio/halogênio; fotodetector tipo fotodiodo de silício;
faixa de comprimento de onda entre 200 nm e 1000 nm; precisão de 2 nm; reprodutividade de 1 nm; interface
para computador; largura da banda de passagem: 2nm; com 4 cubetas em vidro ótico; 2 cubetas em quartzo;
software em CD; cabo de conexão ao computador; dimensões aproximadas (A x L x P): 18 x 47 x 37 cm; cabo
de força com dupla isolação e plugue de três pinos, duas fases e um terra; voltagem: 220 V; manual de

instruções em português; garantia mínima de 1 ano a partir da data de entrega do produto.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

14	5208000008329 (Cadastrado em: 27/04/2017)	Unidade	4	0	4	R$ 8.200,00	32.800,00	27/04/2017

ESPECTROFOTÔMETRO-PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

Espectrofotômetro UV-VIS; gabinete em material ultrarresistente; com acabamento em epóxi eletrostático;
display de cristal líquido; leituras em absorvância (A) de 0 a 2,5 A; transmitância (%T) de 0 a 125 %T; concentração (C) de 0 a 1999; precisão fotométrica de 0,5 A; zero e 100 %T automáticos; acionamento
automático das lâmpadas de deutério e de tungstênio/halogênio; fotodetector tipo fotodiodo de silício;
faixa de comprimento de onda entre 200 nm e 1000 nm; precisão de 2 nm; reprodutividade de 1 nm; interface
para computador; largura da banda de passagem: 2nm; com 4 cubetas em vidro ótico; 2 cubetas em quartzo;
software em CD; cabo de conexão ao computador; dimensões aproximadas (A x L x P): 18 x 47 x 37 cm; cabo
de força com dupla isolação e plugue de três pinos, duas fases e um terra; voltagem: 220 V; manual de
instruções em português; garantia mínima de 1 ano a partir da data de entrega do produto.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

15	5208000008312 (Cadastrado em: 03/04/2017)	Unidade	7	0	7	R$ 14.300,00	100.100,00	27/04/2017

ESTAÇÃO TOTAL ELETRÔNICA

Teclado alfanumérico em português; display cristal líquido; iluminado para trabalho noturno; duplo compensador
automático (eixo horizontal e vertical); leitura direta de 01' ou superior e precisão anular de 2' ou melhor; display duplo de cristal líquido de 6 linhas; alcance até 500 metros ou superior sem prisma com laser visível; até 5000 metros ou superior com 01 prisma; precisão linear: -+/- 2 mm + 2 ppm ou
melhor (com prisma) -+/- 3 mm + 2 ppm ou melhor (sem prisma); prumo laser; giro completo da luneta;
memória interna para 44000 pontos; montagem de biblioteca de até 50 códigos; possibilidade de definir
30 arquivos de obras; comunicação RS232 (serial) e USB; uso de cartão SD para armazenamento e transferência

–
de dados; programas de coordenadas e de aplicação (posicionamento em estação conhecida/desconhecida
e em altura, ponto excêntrico, locação e offset, união de pontos, altura objeto, área, volume, entre outros); manual do usuário; certificado de calibração; garantia de 12 meses ou maior; treinamento de
manuseio do equipamento; suporte técnico via telefone ou e-mail por 12 meses ou mais

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

16	5208000008331 (Cadastrado em: 27/04/2017)	Unidade	3	0	3	R$ 14.300,00	42.900,00	27/04/2017

ESTAÇÃO TOTAL ELETRÔNICA-PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

Teclado alfanumérico em português; display cristal líquido; iluminado para trabalho noturno; duplo compensador
automático (eixo horizontal e vertical); leitura direta de 01' ou superior e precisão anular de 2' ou melhor; display duplo de cristal líquido de 6 linhas; alcance até 500 metros ou superior sem prisma com laser visível; até 5000 metros ou superior com 01 prisma; precisão linear: -+/- 2 mm + 2 ppm ou
melhor (com prisma) -+/- 3 mm + 2 ppm ou melhor (sem prisma); prumo laser; giro completo da luneta;
memória interna para 44000 pontos; montagem de biblioteca de até 50 códigos; possibilidade de definir
30 arquivos de obras; comunicação RS232 (serial) e USB; uso de cartão SD para armazenamento e transferência
de dados; programas de coordenadas e de aplicação (posicionamento em estação conhecida/desconhecida
e em altura, ponto excêntrico, locação e offset, união de pontos, altura objeto, área, volume, entre outros); manual do usuário; certificado de calibração; garantia de 12 meses ou maior; treinamento de
manuseio do equipamento; suporte técnico via telefone ou e-mail por 12 meses ou mais

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

17	5208000008298 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	13	0	13	R$ 4.990,00	64.870,00	27/04/2017

ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO

Estufa laboratório, tipo p/ secagem à vácuo; material: gabinete de aço inox; ajuste mecânico; botão controle
de temperatura; capacidade cerca de 150 l; temperatura até 200 °C; componentes c/ até 5 bandejas; porta
vidro.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

18	5208000008307 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	21	0	21	R$ 6.000,00	126.000,00	27/04/2017

EVAPORADOR ROTATIVO

Evaporador rotativo a vácuo; ajuste digital; com painel de controle; capacidade até 5L; rotação até 200
RPM; controle de temperatura até 150°C; componentes balões 1000 ml; com condensador; característica
adicional articulado.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

19	5208000008333 (Cadastrado em: 05/05/2017)	Unidade	7	0	7	R$ 6.000,00	42.000,00

EVAPORADOR ROTATIVO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

Evaporador rotativo a vácuo; ajuste digital; com painel de controle; capacidade até 5L; rotação até 200
RPM; controle de temperatura até 150°C; componentes balões 1000 ml; com condensador; característica
adicional articulado.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

20	5208000008301 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	7	0	7	R$ 3.495,00	24.465,00

FORNO MUFLA

Forno mufla microprocessado com rampas e patamares; faixa inicial de trabalho em 300 °C; temperatura
máxima de trabalho: 1200 °C; construído em chapa de aço tratada, revestida com epóxi eletrostático;
isolação térmica evitando alto aquecimento da parte exterior; painel de comando lateral para melhor
visualização; resistências fio Kanthal, embutidas em refratários. Porta com contrapeso e abertura tipo
bandeja para proteger o operador; respiros frontais e superior para eventual saída de gases e descompressão;
controlador eletrônico microprocessado de temperatura, permitindo a programação de rampas e

patamares
com saída RS485; sensor de temperatura tipo K; cabo de força com dupla isolação sem plugue; acompanha
manual de instruções; com o opcional: saída RS485 e software para monitoramento; 6000 watts; 130 kg;
dimensão câmara (C x L x A) 40 x 20 x 22 e dimensões externas (C x L x A) 66 x 90 x68.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

21	5212000001330 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	1	0	1	R$ 1.084,99	1.084,99	04/04/2017

FRITADEIRA ELÉTRICA

Em aço inox; termostato ajustável de 1 a 100 °C; luz indicadora de funcionamento; capacidade 10 l; 2
cestos removíveis; garantia de 12 meses; tensão 110/220 V; potência 1600 W; com manual de operação em
português.

Requisições Associadas: 654/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

22	5208000008328 (Cadastrado em: 19/04/2017)	Unidade	15	0	15	R$ 696,00	10.440,00

GAIOLA METABÓLICA PARA RATOS

Fabricada em chapa e cantoneira de ferro, arame perfilado, tratamento de zincagem, com os seguintes acessórios:
comedouro em formato de túnel; funil com peneira para recepção das excretas, bebedouro de polipropileno
com corpo de becker graduado até 250ml e coletor
Medidas aproximadas: Alt 36cm c/pés; Comp. 24,3 e 26 cm; larg(prof)25cm

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

23	5208000008310 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	7	0	7	R$ 8.050,00	56.350,00	27/04/2017

HOMOGENEIZADOR DE AMOSTRAS PATOGÊNICAS E MICROBIANAS

Potência máxima: ¼ CV; velocidade fixa: 240 g.p.m.; temporizador: 30, 60, 120, 180 segundos ou infinito;
rede elétrica: 220 volts – 60 Hz; dimensões da câmara de amostra: 180 X 220 mm; dimensões da

abertura
da tampa: 70 mm.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

24	5208000008311 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	7	0	7	R$ 128,97	902,79	27/04/2017

INCUBADORA BIOLÓGICA

Ajuste digital com painel de controle; tipo para indicador biológico; temperatura: controle de temperatura
até 60 °C; componentes com tampa superior; outros componentes até 15 ampolas.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

25	5234000001450 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	6	0	6	R$ 7.170,00	43.020,00	27/04/2017

MÁQUINA DE GELO

Máquina de gelo em escamas granuladas; refrigeração a ar; produção diária de 50 kg; armazenagem interna
de 10 kg; tensão: 220 V monofásico; consumo de 380 W; peso máximo do equipamento 50 kg.

Requisições Associadas: 655/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

26	5208000008304 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	21	0	21	R$ 800,00	16.800,00	27/04/2017

MEDIDOR DE PH

Medidor índice acidez; material corpo aço inoxidável; tipo portátil; formato retangular; aplicação medição
de pH em soluções aquosas; características adicionais: digital, display LCD; compensação temperatura
auto; faixa medição 0 a14 pH; resolução 0,01 pH e 0,1 °C; precisão 0,05 pH e 0,2 °C, temperatura operação
0 a 40 °C.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

27	5208000008308 (Cadastrado	Unidade	29	0	29	R$ 875,00	25.375,00	27/04/2017

em:
30/03/2017)

MEDIDOR DE PH DE BANCADA

Medidor índice acidez; material corpo aço inoxidável; tipo bancada; formato retangular; aplicação medição
de pH em soluções químicas; modelo microprocessado; faixa de medição de 0 a 14 pH; -1999,9 a 1999,9
milivolt; resolução 0,001 pH; 0,1 milivolt e 0,1 °C; precisão 0,02 pH 0,2 °C 0,2 milivolt. Peso aproximado
1,5 kg.
Acompanha braço de suporte para eletrodo. A embalagem deverá conter: 1 Phmetro de Bancada, 1 eletrodo
combinado universal de PH. 1 Cabo de força padrão ABNT, 05 Tampões de calibração de PH 4; 05 tampões
de calibração de PH 7; 05 tampões de calibração de PH 10; 5 Fusíveis Ø5x20mm de 0,25A; Capa de proteção;
01 Braço Suporte para eletrodos.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

28	5208000008327 (Cadastrado em: 10/04/2017)	Unidade	8	0	8	R$ 582,04	4.656,32	27/04/2017

MESA ANTIVIBRATÓRIA

Mesa antivibratória portátil para balanças; tampo de granito polido; plataforma com altura e nível reguláveis
para estabilização; dispositivo de amortecimento regulável; indicador de nível; coxins de borracha com
medidas aproximadas de: 35 x 45 x 3 cm para apoio de equipamento; garantia de 1 ano.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

29	5208000008305 (Cadastrado em: 30/03/2017)	Unidade	38	0	38	R$ 2.799,97	106.398,86	27/04/2017

MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPICO

Tipo de análise estereoscópio; tipo trinocular; aumento ocular até 10x; zoom até 5x; componente iluminação
em LED, refletida e transmitida; outros componentes: base cerca de 30 x 30 cm; adicional inclinação até 45°.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

–

30	5208000008330 (Cadastrado em: 27/04/2017)	Unidade	13	0	13	R$ 2.799,97	36.399,61	27/04/2017

MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPICO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

Tipo de análise estereoscópio; tipo trinocular; aumento ocular até 10x; zoom até 5x; componente iluminação
em LED, refletida e transmitida; outros componentes: base cerca de 30 x 30 cm; adicional inclinação até 45°.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

31	5208000008300 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	6	0	6	R$ 14.499,99	86.999,94	27/04/2017

MICRÓTOMO AUTOMÁTICO

Tipo automático; modelo rotativo; ajuste digital; com painel de controle; espessura corte até 100 micra;
espessura desbaste até 999 micra; componentes com suportes; outros componentes com botão emergência;
adicional com alarme; sistema segurança.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

32	5208000008332 (Cadastrado em: 05/05/2017)	Unidade	2	0	2	R$ 14.499,90	28.999,80	

MICRÓTOMO AUTOMÁTICO, PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

Tipo automático; modelo rotativo; ajuste digital; com painel de controle; espessura corte até 100 micra;
espessura desbaste até 999 micra; componentes com suportes; outros componentes com botão emergência;
adicional com alarme; sistema segurança.

Requisições Associadas: 653/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

33	5204000001220 (Cadastrado em: 03/04/2017)	Unidade	15	0	15	R$ 228,83	3.432,45	

MIRA TOPOGRÁFICA

Mira de alumínio; tipo de encaixe; comprimento 5 metros; 5 segmentos; milimetrada; botão de trava;

–

aplicação:
para topografia; utilização com níveis e teodolitos.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

34	5212000001328 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	4	0	4	R$ 4.499,94	17.999,76	27/04/2017

MOEDOR DE CARNE

Capa construída em aço inox; bandeja em aço inox; redutor com 4 engrenagens helicoidais; lubrificação
através de cárter blindado; troca de óleo após 3200 horas de uso na moagem de carne; bocal fabricado
em ferro fundido estanhado; caracol fabricado em ferro fundido estanhado, com maior vazão para carne;
volante fabricado inteiramente em aço ferro fundido estanhado; disco em aço com tratamento térmico para
maior durabilidade, com furos de 5 mm; cruzetas em aço forjado, com tratamento térmico; motor 3 cv;
largura 410 mm; altura 515 mm; capacidade com disco de 5 mm de 500 kg de carne moída por hora; consumo
de energia 2,208 kwh; comprimento 865 mm; voltagem 220 V.

Requisições Associadas: 654/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

35	5204000001216 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	27	0	27	R$ 225,82	6.097,14	27/04/2017

PAQUÍMETRO DIGITAL

Material pontas metal duro, resolução 0,01 mm, precisão +/- 0,02 mm, leitura 7,50 mm, aplicação medição
externa/interna profundidade e ressaltos, alimentação bateria 1,50 V, capacidade 150 mm, características
adicionais botão liga-desliga.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

36	5204000001215 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	6	0	6	R$ 1.450,00	8.700,00	27/04/2017

RECEPTOR DE GPS

Localizador portátil; cor cinza/laranja; visor de 4 pol sensível ao toque; de orientação dupla, que pode
ser operado com luvas; câmera de foco automático de 5 MP; bússola de 3 eixos e altímetro barométrico;
compatível com birdseye satélite imagery; mapas personalizados e navegação por imagens; usa pacote de
bateria de íon de lítio recarregáveis ou pilhas AA; medidas aproximadas: altura 14,00 centímetros, largura
4,00 centímetros, profundidade 7,00 centímetros; peso 289,00 gramas.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

37	5204000001221 (Cadastrado em: 03/04/2017)	Unidade	8	0	8	R$ 4.120,00	32.960,00	27/04/2017

TEODOLITO ELETRÔNICO

Teodolito eletrônico; display duplo de cristal líquido com menu em português; luneta com aumento de 30
x e imagem direta; abertura da objetiva 45 mm; distância mínima de focagem 1,4 m; compensador no eixo
vertical; prumo a laser de 5° com foco de 0,5 m a 1,0 m; leitura digital direta de 1 e 5′ segundos e precisão de 2′; leitura angular no sentido horário e anti-horário; zeragem automática; iluminação interna
e externa; dispositivo liga/desliga; bateria e carregador; caixa para transporte e manual de operação em português; acompanhado umbrela, de tripé de alumínio com 1,6 m de altura e mira vertical de 4 m;
com nível de cantoneira; garantia no mínimo de 1 ano.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

38	5204000001218 (Cadastrado em: 03/04/2017)	Unidade	12	0	12	R$ 1.928,92	23.147,04

TRENA DIGITAL

Tipo digital; método de medição a laser; alcance 150 m; tipo de visor cristal líquido; quantidade dígitos
6; características adicionais medições lineares, quadradas e volume.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

39	5204000001219 (Cadastrado em:	Unidade	25	0	25	R$ 359,97	8.999,25

–

03/04/2017)

TRIPÉ

Tripé topográfico de alumínio; com 02 (duas) travas (borboleta e presilha); suporte para estações totais,
níveis, teodolitos; bases nivelante e base RTK.

Requisições Associadas: 650/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

40	5234000001451 (Cadastrado em: 29/03/2017)	Unidade	5	0	5	R$ 180,00	900,00	27/04/2017

VENTILADOR EXAUSTOR

Exaustor axial de 40 cm de diâmetro.

Requisições Associadas: 655/2017 (DIVISAO DE MATERIAL/PROGF (14.03.03))

Valor Total do Processo: R$ 1.326.945,34

1.2. Conforme determinação legal, nos termos do art. 48, I da lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n.147/2014) a Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), exceto quando:

1.2.1. Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

1.2.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

1.3. Os bens deverão ter prazo de **Garantia mínimo de 12 (doze) (meses)** para todos os itens e fornecer **Assistência Técnica** para os itens elencados na lista de materiais.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição do material permanente acima elencado atenderá às necessidades de diversos setores da Universidade Federal do Maranhão, conforme memorandos endereçados à Pró-Reitoria de Gestão e Finanças, contendo estimativas dos quantitativos necessários ao atendimento de suas demandas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O bem a ser adquirido **enquadra-se na classificação de bem comum**, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1 O custo estimado total da presente contratação é de **R$ 1.326.945,34** (Um Milhão trezentos e vinte e seis mil novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

4.2 O custo estimado foi apurado a partir da consulta realizada em sites de compras conforme mapa comparativo de preços.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, **contados do (a) recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor**, em remessa (parcelada), nos endereços descritos abaixo que será informado no encaminhamento do empenho:

Campus Bacanga, Av. dos Portugueses, 1966. Bacanga. CEP 65080-805
Campus Balsas, Av. José Leitão, 484, Centro, CEP: 65800-000 Balsas-MA
Campus Imperatriz, Rua Urbano Santos S/N, Centro - CEP 65900-410 Imperatriz - MA
Campus Bacabal, Av. Governador João Alberto, S/N - Bambu - CEP 65700-000 Bacabal - MA
Campus Universitário de Grajaú - AV. Aurila Maria dos Santos Barros Sousa, S/N - Loteamento Frei Alberto Beretta - CEP 65940-000 Grajaú - MA
Campus Universitário de São Bernardo Rua Projetada, S/N - Perímetro Urbano - CEP 65550-000 São Bernardo - MA
Campus Universitário de Chapadinha BR 222 - KM 06, S/N - Boa Vista - CEP 65500-000 Chapadinha - MA
Campus Universitário de Pinheiro I Rua Raimundo José Pimenta, S/N - Floresta - CEP 65200-000 Pinheiro - MA
Campus Universitário de Codó Av. Dr. José Anselmo, 2008, São Benedito - CEP 65400-000 Codó - MA

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2 **responsabilizar-se** pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 **substituir**, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 **comunicar** à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 **fornecer** assistência técnica, informando nome, endereço, telefone, e demais informações que se fizerem necessárias para equipamentos cotados na proposta, objetos do presente contrato;

7.1.6 **instalar** os equipamentos, agendando previamente data e horário com o servidor responsável no endereço de entrega.

7.1.7 **manter** durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.8 **indicar** preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na

licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 fraudar na execução do contrato;

10.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5 cometer fraude fiscal;

10.1.6 não mantiver a proposta.

10.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2 multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5%(cinco por cento);

10.2.3 multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ANEXO – II
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PROCESSO N.º 23115.004661/2017-79

Universidade Federal do Maranhão, com sede Avenida dos Portugueses, 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bacanga, CEP: 65080-805 São Luís - MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.279.103/0001-19, neste ato representada pela Magnífica Reitora NAIR PORTELA SILVA COUTINHO, nomeada pelo decreto S/N de 21 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2016, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxxx-xx portadora da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2016, publicada no ..... de ...../...../2016, processo administrativo n.º 23115.xxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de material permanente laboratorial, para atender diversos setores **desta Universidade Federal do Maranhão**, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 31/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*

X	Especificação	*Marca* *(se exigida no edital)*	*Modelo* *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado,

penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TERMO DE CONTRATO - ANEXO III

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E A EMPRESA .....

A Universidade federal do Maranhão, com sede no(a) Avenida dos Portugueses, 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bacanga, CEP: 65080-805 São Luís - MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.279.103/0001-19, neste ato representada pela Magnífica Reitora NAIR PORTELA SILVA COUTINHO, nomeada pelo decreto S/N de 21 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2016, inscrito(a) no CPF nº xxxxxxxxx-xx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) xxxxxxxxxxxxxxx inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxxxx doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxx, expedida pela (o) xxxxxxxxxxxxx, e CPF nº xxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo nº 23115.xxxxxxxxxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 31/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a eventual aquisição de material permanente laboratorial, para atender diversos setores **desta Universidade Federal do Maranhão**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					

2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de *20*...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Maranhão - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ... de..... de 20.....

_____

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: